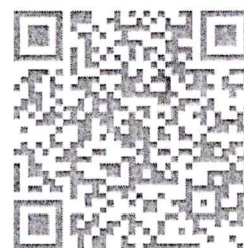
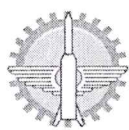


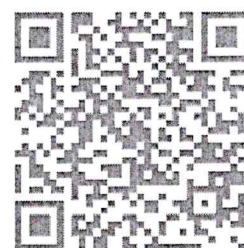
ATA DA 62ª (SEXAGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º (PRIMEIRO) PERÍODO LEGISLATIVO DA 3ª (TERCEIRA) SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª (DÉCIMA SEXTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/RN

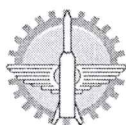
Sessão realizada no dia 4 (quatro) de julho de 2023 (dois mil e vinte e três), às 09h00 (nove horas), no Plenário Doutor Mário Medeiros, sob a presidência do vereador Wolney Freitas de Azevedo França e com a presença do 2º (segundo) vice-presidente, vereador Thiago Fernandes da Silva, do 1º (primeiro) secretário interino, vereador Eder Rodrigues de Queiroz, e da 2ª (segunda) secretária, vereadora Ana Carolina Carvalho de Lima Pires. Estiveram presentes os (as) vereadores (as) César Augusto de Paiva Maia, Diego Américo de Carvalho, Fativan Alves Moura de Paiva, Hamilton Rademacker Pereira, Irani Guedes de Medeiros, Ítalo de Brito Siqueira, José Afrânio Bezerra da Silva, Leonardo Lima da Costa, Lindovaildo Soares de Azevedo, Marcos Antônio Gomes da Silva e Rhalessa Cledylane Freire dos Santos. Estiveram ausentes os vereadores Gabriel César de Oliveira Siqueira (falta justificada), Gustavo Negócio de Freitas e Michael Borges de Souza (falta justificada). Havendo quórum regimental, o presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo parnamirino, declarou aberta a Sessão Ordinária e convidou o vereador Binho de Ambrósio para fazer a leitura da mensagem bíblica, no livro de Salmos, capítulo 25 (vinte e cinco), versículo 26 (vinte e seis). Em seguida, a Presidência solicitou à 2ª (segunda) secretária a leitura da ata da 26ª (vigésima sexta) Sessão Ordinária, realizada no dia 12 (doze) de abril de 2023 (dois mil e vinte e três). Após lida, a ata foi colocada em única discussão e em única votação, sendo aprovada. Prosseguindo, a Presidência solicitou ao 1º (primeiro) secretário interino a leitura do Expediente, que constou de veto a redação final, projetos de lei ordinária, requerimentos legislativos e indicações. Foi apresentado o Veto Integral à Redação Final nº 035/2023, oriunda do Projeto de Lei nº 061/2023, segundo o



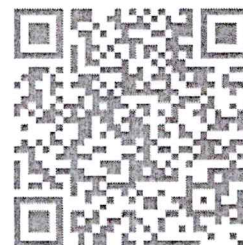


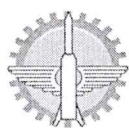
qual "fica o Executivo Municipal obrigado a fazer constar em todas as leis, o nome do vereador autor da propositura que lhes deu origem, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal - Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação Final). Foram lidos o Projeto de Lei nº 155/2023, que "institui, no calendário oficial de eventos do município de Parnamirim/RN, o Dia Municipal da Família, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Lindovaildo Soares de Azevedo) e o Projeto de Lei nº 156/2023, que "dispõe sobre a concessão de auxílio-aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica, no município de Parnamirim, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereadora Ana Carolina Carvalho de Lima Pires). Foram apresentados o Requerimento Legislativo nº 065/2022, que "requer que seja realizada Sessão Solene da Comenda Nísia Pereira Machado, a ser realizada preferencialmente no mês de outubro, com data a definir" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Ítalo de Brito Siqueira); o Requerimento Legislativo nº 069/2023, que "requer a realização de Sessão Solene para homenagear o 2º Esquadrão do 5º Grupo de Aviação Joker da Força Aérea Brasileira, a ser realizada no mês de setembro de 2023" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Ítalo de Brito Siqueira); o Requerimento Legislativo nº 074/2023, que "requer agendamento pela Câmara Municipal de autorização para a realização do 'Projeto Câmara Cultural', conforme Resolução nº 9 de 5 de março de 2015, para realizar-se no bairro de Vida Nova, entre as ruas Nova Perimetral, Vida Nova, Nova Dimensão e Parque dos Pirineus, com data e hora a ser definida pela Câmara Municipal" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Wolney Freitas de Azevedo França) e o Requerimento Legislativo nº 079/2023, que "requer, ouvido Plenário, autorização para realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 143/2023, que 'dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2024, e dá outras providências', de autoria do Poder Executivo Municipal (autoria: Poder



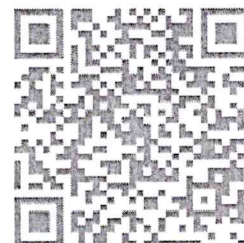


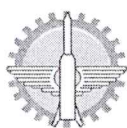
Legislativo Municipal - Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira). Foram lidas as Indicações nº 1435/2023, de autoria da vereadora Ana Carolina Carvalho de Lima Pires; nº 1456/2023, de autoria do vereador César Augusto de Paiva Maia; nºs 1379/2023 e 1466/2023, de autoria do vereador Eder Rodrigues de Queiroz; nºs 1393/2023 e 1453/2023, de autoria da vereadora Fativan Alves Moura de Paiva; nºs 1445/2023 e 1446/2023, de autoria do vereador Hamilton Rademacker Pereira; nº 1438/2023, de autoria do vereador Irani Guedes de Medeiros; nºs 1436/2023 e 1437/2023, de autoria do vereador José Afrânio Bezerra da Silva; nºs 1449/2023 e 1450/2023, de autoria do vereador Leonardo Lima da Costa; nºs 1448/2023 e 1471/2023, de autoria do vereador Lindovaildo Soares de Azevedo; nºs 1440/2023 e 1469/2023, de autoria do vereador Michael Borges de Souza; nºs 1457/2023 e 1458/2023, de autoria da vereadora Rhalessa Cledylane Freire dos Santos; nºs 1443/2023 e 1444/2023, de autoria do vereador Thiago Fernandes da Silva e nºs 1441/2023 e 1442/2023, de autoria do vereador Wolney Freitas de Azevedo França. Estiveram ausentes os vereadores Michael Borges de Souza (falta justificada) e Gabriel César de Oliveira Siqueira (falta justificada). Em seguida, o 1º (primeiro) secretário interino informou que o Expediente foi lido. Prosseguindo, o presidente abriu as inscrições para o uso da tribuna. Inscreveram-se os vereadores Irani Guedes e Éder Queiroz. O vereador Irani Guedes fez uso da tribuna para prestar contas dos trabalhos da Comissão de Saúde, mediante solicitações do vereador Gabriel César e da vereadora Rhalessa de Clênio. Disse ter visitado, ontem, a Central de Marcação e a Maternidade do Divino Amor, junto aos vereadores Leo Lima e Gabriel César e em companhia da secretária da Saúde, Luciana Guimarães. Informou que foi feito o reparo nos chuveiros reservados aos banhos dos recém-nascidos da Maternidade. Disse também que foram comprados 30 (trinta) novos colchões para os leitos dos pacientes, dos quais alguns ficarão como reserva, e que em breve será feita a compra de colchões para os apartamentos dos servidores. Em relação às



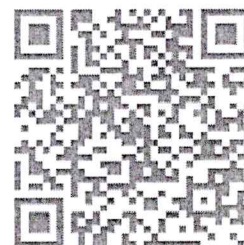


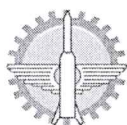
cirurgias eletivas, informou que a Comissão de Saúde, em visita à Central de Marcação, reuniu-se com a diretoria e coordenadoria do órgão, assim como com a secretária de Saúde e com o representante do setor jurídico dessa Secretaria. Informou que, atualmente, são feitas, em média, 70 (setenta) cirurgias por mês. Explicou que a Maternidade do Divino Amor não é um hospital geral, mas um hospital-maternidade, e que as cirurgias são realizadas nesta Maternidade pelo fato de o município não ter hospital próprio. Esclareceu que, por esse motivo, é dada prioridade às cirurgias típicas de uma Maternidade. Informou que o hospital tem apenas 1 (um) cirurgião ginecológico, mas que estão sendo contratados mais 2 (dois), e que 4 (quatro) cirurgiões gerais serão convocados do cadastro de reserva do concurso, através de um projeto de lei que, segundo ele, em breve chegará a esta Casa. Disse que o município tem hoje mais de 1400 (mil e quatrocentas) pessoas esperando por cirurgias. Comunicou que o prefeito Rosano Taveira destinou 3 (três) milhões de reais à Secretaria de Saúde, objetivando a contratação de hospital particular para realizar as cirurgias. Informou que a secretária já abriu o processo licitatório, e que, até a última quinta-feira, apenas o Hospital Rio Grande havia mostrado interesse em prestar esse serviço ao município, que não tem nenhum hospital privado. Explicou que, quando os 2 (dois) cirurgiões ginecológicos e os 4 (quatro) cirurgiões gerais estiverem no quadro da Maternidade do Divino Amor, poderão ser ofertadas uma média de 120 (cento e vinte) cirurgias por mês. Também trouxe a informação de que o hospital-maternidade irá receber um aparelho de videolaparoscopia e um de histeroscopia, que são frutos de reivindicações dos médicos, para facilitar as cirurgias. Explicou que o aparelho de videolaparoscopia reduz o tempo de duração do processo operatório e o tempo de recuperação dos pacientes, aumentando a rotatividade das cirurgias ao fazer com que os leitos sejam desocupados mais rapidamente. Informou que, na visita à Central de Marcação, a Comissão de Saúde sugeriu à Secretaria de Saúde a remoção da unidade para outra localidade, devido à inadequação do



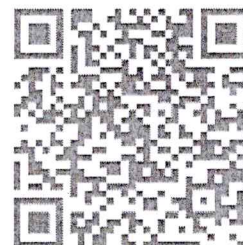


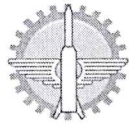
local, sugerindo-se dois locais, o antigo prédio da UnP (Universidade Potiguar) e o prédio onde funcionava a Clínica de Hemodiálise. Em aparte, o vereador Marquinhos da CLIMEP disse que, no início do ano, foi feita uma emenda coletiva de 1 (um) milhão de reais para se dar celeridade à realização das cirurgias, mas que até hoje a fila ainda não foi zerada. Questionou também a demora para se dar início ao processo licitatório da contratação dos hospitais. Afirmou que muito há para se fazer em favor de Parnamirim, mas que a burocracia tem que ser “destravada”, principalmente na área da Saúde, na qual não se pode esperar. Disse que a secretária tem vontade de solucionar os problemas da Saúde, muitos dos quais são coisas possíveis de se resolver, mas que a burocracia “trava” o município. Disse também que é necessário tirar as demandas do papel, e que há muitos sonhos que era para estarem sendo realizados, para o proveito do município. Afirmou que é necessário tratar as coisas com resolutividade, que se sente à vontade para ajudar e que todos os vereadores têm feito sua parte, mas que a burocracia é um entrave. Denunciou que os processos ficam travados na Secretaria de Saúde por coisas pequenas, e que os responsáveis (os quais, segundo ele, são cargos comissionados, em sua maioria) não resolvem os problemas por má vontade ou para ajudar pessoas específicas. Disse que, quando um vereador faz uma solicitação, não é em benefício de sua família, mas da população. Exigiu que os servidores deem conta do serviço que deve ser prestado ao povo. Voltando à palavra, o tribuno disse que Parnamirim tem um sério problema com licitações, mas que chegou a hora de cobrar desses servidores. Comentou que as cirurgias eletivas são um problema nacional, e informou que, em Parnamirim, em 2019 (dois mil e dezenove), havia 900 (novecentas) cirurgias pendentes na Maternidade do Divino Amor. Segundo ele, foram feitas, na época, 200 (duzentas), mas as demais foram suspensas por 2 (dois) anos por causa da pandemia do COVID, e, quando voltaram a ser realizadas, em 2022 (dois mil e vinte e dois), poucas foram feitas. De acordo com o parlamentar, porém, de janeiro de 2023



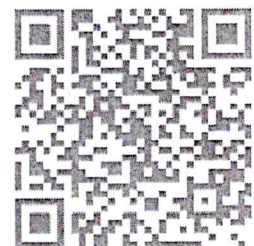


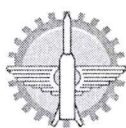
(dois mil e vinte e três) até hoje, já foram realizadas quase 500 (quinhentas) cirurgias. Informou que a Comissão de Saúde desta Casa faz cobranças à Secretaria de Saúde, com a qual, segundo ele, houve uma reunião ontem. Disse ter feito questão de convidar a secretária para estar com os vereadores “na ponta”, para ver “como está funcionando”. Comentou que a secretária tem dificuldade em lidar com seus colaboradores, que, segundo ele, demoram para atender ordens e resolver problemas. Disse que essas pessoas precisam entender que também são servidoras públicas, e que também são pagas com o dinheiro do povo, assim como os cargos eletivos. Explicou que quem é servidor público tem de fazer sua parte para dar celeridade aos documentos e não travar os processos, para que o município ofereça o que a população está cobrando. Comentou que, se a população não precisasse dos serviços, não os estaria procurando. Em aparte, a vereadora Fativan Alves parabenizou os integrantes da Comissão de Saúde (vereadores Irani Guedes, Leo Lima e César Maia) por, finalmente, após muita luta desta Casa, conseguirem fazer com que os problemas da Saúde do município recebam uma “atenção diferenciada”. Comentou que esses problemas vêm existindo há 7 (sete) anos, e disse que, infelizmente, a Saúde nunca esteve em uma situação pior do que na gestão do prefeito Rosano Taveira. Afirmou que está feliz por ter sido resolvido o problema dos chuveiros na Maternidade do Divino Amor, porém declarou que está triste pelo fato de ser necessário um vereador ter de ir até o local para que chuveiros sejam consertados. Disse que isso é um absurdo. Sobre as cirurgias eletivas, comparando Parnamirim com municípios menores, informou que, em alguns deles, são realizadas 25 (vinte e cinco) cirurgias por dia. Informou também que, na maioria desses municípios, as cirurgias são realizadas até nos sábados e totalizam, em média, 150 (cento e cinquenta) por semana. Criticou o fato de Parnamirim realizar apenas 70 (setenta) cirurgias por mês. Reiterou que isto é um verdadeiro absurdo. Comentou que essa é a razão de haver quase 2.000 (duas mil) cirurgias pendentes em Parnamirim. Informou que, nesses pequenos



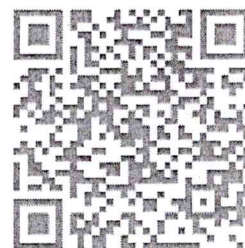


municípios a que se referiu, os quais, segundo ela, parecem não ter estrutura na Saúde, são feitas 600 (seiscentas) cirurgias por mês. Novamente criticou o fato de serem feitas apenas 70 (setenta) cirurgias por mês em Parnamirim, o terceiro maior município do estado e uma cidade, que, segundo ela, tem arrecadação superavitária. Informou que Parnamirim chega a realizar apenas 3 (três) cirurgias por dia, duas vasectomias e uma laqueadura, e disse que isso é brincar com a população. Sobre o chamamento do concurso público da Saúde, enfatizou a possibilidade de convocação de 4 (quatro) cirurgiões para diminuir a demanda das cirurgias eletivas e das demais demandas, e acusou a gestão de agir com maldade, comentando que o prefeito não envia à Câmara o projeto do qual depende a convocação dos profissionais. Disse que há como os problemas serem resolvidos. Lembrou que, quando os vereadores discutiram sobre a Lei Orçamentária Anual, foi destinado 1 (um) milhão de reais para as cirurgias eletivas, além de terem sido feitas várias indicações para se realizarem mutirões de cirurgias. Lembrou também que, quando a secretária da Saúde foi convocada a esta Casa, disse que iria resolver o problema, mas, segundo a vereadora, até hoje nada foi feito. Também lembrou que foram destinados 340.000 (trezentos e quarenta mil) reais para a compra de um aparelho de videolaparoscopia, a fim de agilizar a realização das cirurgias e a recuperação dos pacientes, e disse esperar que a aquisição seja feita. Citou também uma indicação feita para que se contrate um hospital particular com o objetivo de realizar as cirurgias, mencionando como exemplo as cidades de Mossoró e São Paulo, que, segundo ela, zeraram a fila de espera de exames e de cirurgias. Finalizou seu aparte parabenizando o tribuno e a Comissão de Saúde pelo trabalho. Voltando ao discurso, o tribuno disse que o número mensal de cirurgias lhe chamou a atenção, pois, de acordo com ele, quando trabalhou no centro cirúrgico da Maternidade do Divino Amor, sua equipe realizava, trabalhando em mutirão, 10 (dez) laqueaduras em apenas um sábado e entre 6 (seis) e 8 (oito) vasectomias em uma única sexta-feira. Disse que a Comissão de Saúde se



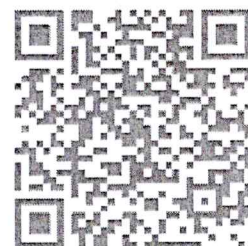


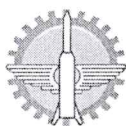
reunirá com a secretária da Saúde para discutir sobre o número de cirurgias que está sendo realizado, e que a demanda existente para laqueaduras e vasectomias não exige contratação de hospital particular e pode ser atendida em um mês, através de mutirão. Afirmou que haverá uma verificação de quem são os médicos que estão operando, pois, segundo ele, esses profissionais estão recebendo um salário do município e têm de cumprir uma carga horária, com datas definidas para consultas e para cirurgias. Disse que a Comissão de Saúde fará essa cobrança à Secretaria de Saúde, questionando a razão de serem feitas tão poucas cirurgias quando, de acordo com ele, se sabe que o número poderia ser bem maior. Explicou que a realização de histerectomias deverá ser prioridade nos hospitais particulares, porque, segundo ele, esse tipo de cirurgia é mais demorado e requer cuidados maiores. Disse que se reunirá com a secretária da Saúde e com a equipe que faz a marcação das cirurgias, a fim de aumentar o volume das mesmas, pois, de acordo com ele, a equipe do centro cirúrgico tem condições de realizar um número bem maior do que o que está sendo realizado. Afirmou ter trabalhado marcando cirurgias na Maternidade do Divino Amor por 4 (quatro) anos, e, portanto, segundo ele, sabe quantas podem ser feitas por semana e quantas podem ser feitas por mês. Em aparte, a vereadora Rhalessa de Clênio pediu que fosse estendido o tempo para os discursos, o que justificou pela importância do tema discutido. Parabenizou o tribuno pelo engajamento em defesa da Saúde e pela esperança do vereador de ver os problemas resolvidos. Afirmou que comunga dessa esperança, porque, segundo ela, quer que a fila de espera pelas cirurgias seja zerada. Relatou que a secretária da Saúde, antes de assumir o cargo, já sabia das dificuldades e deficiências da gestão municipal, pois era secretária adjunta da pasta. Informou que, atualmente, o Ministério da Saúde não aprova o uso da palavra "mutirão", pois, segundo a parlamentar, o MS considera que o termo atesta "incompetência". Em sua opinião, porém, em Parnamirim "é necessário evidenciar a palavra 'mutirão'". De acordo com a vereadora,



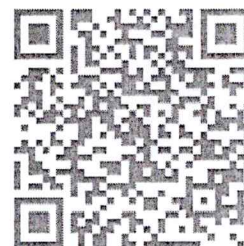


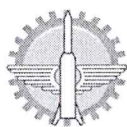
há um ano foi pactuado um contrato com o Estado para a realização de 50 (cinquenta) cirurgias, além das ofertadas pela Maternidade do Divino Amor, de modo que, segundo lhe relataram a secretária Luciana Guimarães e a gestora da Maternidade do Divino Amor, Ana Michele, totalizariam em torno de, no mínimo, 100 (cem) cirurgias no mês. A parlamentar afirmou que tem em mãos o mesmo relatório citado pelo vereador Irani Guedes, mas disse que os números do relatório do tribuno não correspondem aos do relatório dela. Afirmou que, segundo os dados que recebeu, em 2023 (dois mil e vinte e três) não foram feitas 500 (quinhentas) cirurgias, e sim 263 (duzentas e sessenta e três). Informou que dentro de um ano, em 2022 (dois mil e vinte e dois), foram realizadas apenas 503 (quinhentas e três), quando, segundo ela, deveriam ter sido feitas mais de 1000 (mil). Disse que muitas coisas estão erradas, porque, de acordo com ela, apesar de a Saúde ser essencial, nunca foi prioritária para a gestão. Relatou uma visita feita à Central de Regulação, onde, segundo ela, verificou-se que o ambiente é insalubre para os servidores e para a população. Verificou também que havia foco de mosquitos da Dengue na piscina, que, de acordo com ela, só foi limpa no dia seguinte, quando também foi feita uma capinação na área. Disse também que há mofo por toda parte. Relatou que, após a visita, dirigiu-se à Secretaria da Saúde e solicitou o contrato de locação do imóvel onde a Central de Regulação funciona, documento este que, segundo a parlamentar, não conseguiu localizar no Portal da Transparência. Informou ter feito um requerimento via e-SIC, mas que o documento até hoje nunca foi disponibilizado, e que, ao fazer o requerimento verbalmente, recebeu a resposta de que a documentação não existe. Relatou ter protocolado uma denúncia no Ministério Público Federal, no Ministério Público Estadual e no Tribunal de Contas, e informou ter feito um pedido de tutela provisória, para que o contrato seja disponibilizado. Explicou que, pelo que sabe, todo prédio alugado pela Prefeitura tem que ter um contrato de locação. Indagou como são realizados o pagamento e o recebimento do aluguel do prédio. Ressaltando que o



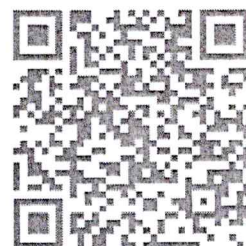


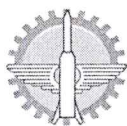
proprietário do imóvel é o chefe de gabinete do prefeito Rosano Taveira, disse que quer “entender como se faz esse tipo de benefício”. Informou ter protocolado uma indicação para que seja feita a transferência da Central de Regulação para outro prédio, justificando que o atual não é adequado para a população. Informou também que, de acordo com a direção do órgão, as cirurgias estão reprimidas desde 2019 (dois mil e dezenove), e, no entanto, de acordo com a parlamentar, há pacientes que esperam desde 2015 (dois mil e quinze). Perguntou por que os agentes de saúde não procuram esses pacientes, já que, segundo ela, estão sendo recebidas pessoas para marcação de cirurgias já de 2023 (dois mil e vinte e três). Alertou que esses dados precisam ser investigados. Mencionou a “operação fura-fila”, realizada para investigar a Central de Regulação, a partir de várias denúncias. Disse que é necessário analisar novamente quais medidas estão sendo tomadas pelo órgão para selecionar as pessoas que esperam as cirurgias. Afirmou que não é possível entender como pessoas que deram entrada na documentação em 2023 (dois mil e vinte e três) já foram cirurgiadas, enquanto pessoas ainda esperam suas cirurgias desde 2015 (dois mil e quinze). Narrou o caso de uma paciente que precisou provar que ainda não havia sido cirurgiada, já que, segundo a pessoa, os registros diziam que sua cirurgia já havia sido realizada. Disse ter convidado essa senhora para fazer denúncia nos órgãos competentes, para se averiguar a razão de a demanda reprimida das cirurgias em Parnamirim não ser prioridade. Relatou também ter perguntado à secretária, dentre muitas indagações, sobre o motivo de só agora, depois de tantos questionamentos, ter sido dada prioridade à contratação de um hospital privado. Opinou, porém, que o correto não é que os hospitais procurem a prefeitura de Parnamirim, e sim que a gestão municipal faça a busca desses hospitais. Enfatizou que, através de suas lutas e de uma audiência pública, fez algumas indicações. Uma delas é para que sejam priorizadas as pessoas que necessitam de cirurgias de histerectomia, que, segundo ela, somam 329 (trezentas e vinte e nove), e hernioplastia,



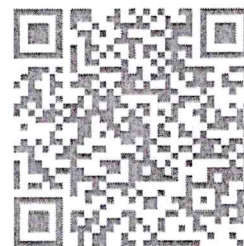


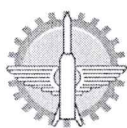
que somam 417 (quatrocentas e dezessete), já que, de acordo com ela, são em maior número. Também indicou que seja disponibilizado o medicamento Noriporum Injetável às pacientes que têm sangramento e que aguardam por cirurgia. Outra indicação de sua autoria é a de que os agentes de saúde façam um levantamento por área dos pacientes que aguardam há muito tempo, pois, segundo ela, há um espaço de tempo muito grande entre 2015 (dois mil e quinze) e 2019 (dois mil e dezenove). Disse também ter elaborado um projeto de lei para que os órgãos da administração pública noticiem e divulguem à população, pelos meios midiáticos, qualquer mudança de seus números telefônicos, para que o maior número possível das pessoas que têm dificuldade de ter acesso aos órgãos municipais seja informado. Finalizou seu aparte afirmando que, devido à falta da secretária de Saúde à audiência pública, fará a convocação de todas as pessoas que respondem pelas cirurgias eletivas em Parnamirim. Retomado a palavra, o tribuno comentou que a vereadora Rhalessa de Clênio faz seu papel de parlamentar, assim como os demais vereadores e a própria Comissão de Saúde, apesar de, segundo ele, as prerrogativas das comissões permanentes serem internas. Explicou que as ações externas são feitas pelos vereadores, com respeito à população, e afirmou que eles sempre farão as cobranças às secretarias. Disse que, se a vereadora fez a convocação da secretária e esta não compareceu, a parlamentar tem o direito de recorrer às instâncias maiores para que seu mandato e esta Casa sejam respeitados pelas secretarias. Esclareceu que esta Câmara tem uma legislação interna que deve ser seguida, cabendo ao vereador fazer a sua parte. Em relação aos municípios que fazem 25 (vinte e cinco) cirurgias por dia, disse que, como profissional de Saúde, acredita que no Rio Grande do Norte não existe centro cirúrgico que faça esse número de cirurgias por dia. Explicou que, entre uma cirurgia e outra, são necessários procedimentos de desinfecção da mesa e da sala. Afirmou que há o que ser explicado por essas equipes. Em aparte, o vereador Thiago Fernandes iniciou seu discurso parabenizando



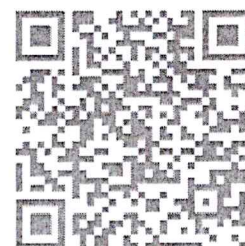


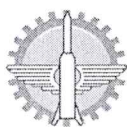
o tribuno pela temática e pela luta incessante da Comissão de Saúde. Explicou que, quando se quer resolver os problemas, a burocracia não é empecilho. Reiterou que, nas discussões da LOA (Lei Orçamentária Anual), no ano passado, 1 (um) milhão de reais foi destinado às cirurgias eletivas. Perguntou pelas cirurgias e questionou o fato de elas não estarem acontecendo. Questionou também a pactuação com o governo do estado. Perguntou por que nem as cirurgias simples estão sendo feitas. Lembrou que, também no ano passado, nas discussões da LOA deste ano, foi feita uma emenda impositiva destinada à compra de equipamentos para a Clínica da Mulher, a qual, segundo ele, talvez ainda não esteja em funcionamento este ano. Porém, de acordo com o ele, os equipamentos devem ser comprados, porque podem ser utilizados na Maternidade. Informou também que foram destinados recursos do orçamento de 2022 (dois mil e vinte e dois) para a compra de equipamentos básicos para a Estratégia Saúde da Família, os quais, segundo ele, ainda não foram comprados. Indagou por que a compra desses equipamentos ainda não foi realizada, já que, de acordo com ele, o dinheiro existe. Citou a burocracia dos processos licitatórios. Explicou que, em algumas situações, não há justificativa para a não efetivação das solicitações. Sugeriu que seja realizado um mutirão administrativo que possibilite as cirurgias, a fim de que, em seguida, seja feito um mutirão para as cirurgias propriamente ditas. Disse que é necessário planejar, dar prazos e avaliar os motivos do não cumprimento desses prazos. Afirmou acreditar que são essas ações que faltam em muitas situações, e que o não definir prazos faz com que os problemas não sejam resolvidos. Encerrou seu aparte reiterando parabéns ao tribuno e à Comissão de Saúde, e disponibilizando seu apoio à causa das cirurgias eletivas. Retomando o discurso, o vereador Irani Guedes confirmou que há falta de vontade de pessoas que fazem parte da gestão. Informou que, em uma reunião do prefeito com os secretários e com os vereadores, determinou-se que as emendas impositivas começariam a ser atendidas a partir de abril. Segundo ele, os recursos foram



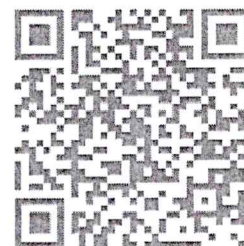


liberados, mas ainda há coisas pequenas que não foram resolvidas. Citando uma reunião ocorrida entre ele, o vereador Binho de Ambrósio e o prefeito, explicou que para tudo é necessário definir prioridades e fazer uma coisa de cada vez. Em aparte, o vereador César Maia disse que a situação é delicada, e concordou que o número de cirurgias feitas no município é irrelevante. Informou ter sugerido à secretária de Saúde que as cirurgias que correspondem a procedimentos simples, que duram poucos minutos, sejam feitas nas UBSs, e afirmou que essa prática é autorizada pelo Ministério da Saúde. Disse que é necessário atualizar os dados dos pacientes que esperam há anos pelas cirurgias, pois, segundo ele, há pessoas que já fizeram suas cirurgias por outros meios, já faleceram ou se mudaram de Parnamirim. Sugeriu também que seja dada prioridade às cirurgias ginecológicas, as quais, segundo ele, totalizam 446 (quatrocentas e quarenta e seis), porque, de acordo com o vereador, mulheres que passam muito tempo sangrando desenvolvem anemia e diversos outros problemas. Como exemplo, relatou o caso de uma paciente de 26 (vinte e seis) anos que necessita de cirurgia de emergência, pois faz tratamento de leucemia e está sangrando. Enfatizou a necessidade de a gestão dar prioridade às mulheres, cujas situações, segundo o parlamentar, ele presencia todos os dias e geram tristeza. De acordo com ele, há recursos para fazer as cirurgias. Disse que é necessário dar prioridade ao que tem prioridade. Citou a luta por um CCPAR (Centro Clínico de Parnamirim) em Nova Parnamirim, o qual, segundo ele, permitirá uma redistribuição dos procedimentos cirúrgicos simples. Disse que, no momento, é necessário resolver as cirurgias eletivas. Afirmou que não é mais aceitável justificar o atraso das mesmas culpando a pandemia do COVID. Finalizou reiterando que agora é necessário dar prioridade a essas cirurgias, principalmente às ginecológicas. Voltando à palavra, o vereador Irani Guedes falou sobre o caso da paciente de 26 (vinte e seis) anos, explicando a gravidade da situação dela. Relatou que foi ao encontro dessa senhora na Central de Marcação, junto com o vereador César Maia, que a encaminhou à



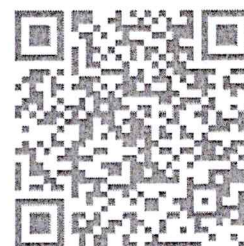


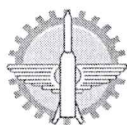
Maternidade Januário Cicco. Explicou que, para ela ser atendida, só era necessário mudar a forma do encaminhamento. Disse que, com a intervenção do vereador César Maia, foi dada a entrada no atendimento da paciente como prioridade. Emocionado, o vereador Irani Guedes disse que todos os dias as pessoas buscam o serviço público, mas aqueles que as atendem não fazem o que é necessário fazer para ajudar essas pessoas, mesmo sabendo o que é para ser feito. Disse que o dia de amanhã a Deus pertence, e que todos devem ter o coração voltado a servir. Explicou que só de se estar com vida e saúde, já se tem motivo para gratidão. Afirmou que é obrigação de cada um ajudar o próximo. Retomando a palavra, o presidente convidou à tribuna o último orador, o vereador Eder Queiroz, que pediu para discursar a partir de seu assento. O tribuno discorreu sobre a indicação de nº 1466/2023, pela qual solicita à Secretaria de Segurança, Defesa Social e Mobilidade Urbana (SESDEM) que não haja limitação de idade nos concursos da Guarda Municipal. Citando como exemplo a Polícia Rodoviária Federal, que, segundo ele, não impõe restrições de idade para a participação dos candidatos em seus concursos, disse que é necessário que os concursos sejam atualizados, pois, de acordo com ele, hoje há um maior esclarecimento. Mencionando um exemplo de atuação da Guarda Municipal em um caso real de tentativa de assalto, argumentou que o que falta é um aumento no efetivo da instituição, já que, segundo ele, os outros recursos já existem. Informou que o atual limite de idade para as pessoas participarem dos concursos da referida instituição é de 35 (trinta e cinco) anos. Explicou que há pessoas bem mais velhas que têm condições físicas para exercer o trabalho. Citando artigos da Constituição Federal. Explicou que, porém, há os casos de pessoas que têm problemas na saúde. Solicitou ao prefeito e ao secretário Marcondes Pinheiro, da SESDEM, que, nos próximos concursos, não limitem a idade dos candidatos. Em aparte, o vereador César Maia concordou com a proposição, recordando que também fez indicação quanto à barreira de idade imposta à contratação de médicos, que precisam ter idade de até 65



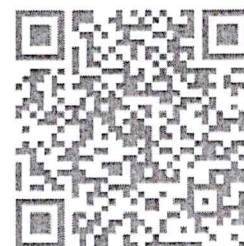


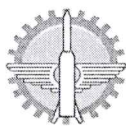
(sessenta e cinco) anos para serem admitidos. Explicou que há profissionais nessa faixa etária que ainda têm plenas condições físicas e mentais para exercer a profissão. De acordo com ele, alguns de seus colegas médicos que queriam trabalhar em Parnamirim procuraram outros municípios por causa dessa restrição de idade. Para o vereador, essa restrição é uma forma de preconceito contra os idosos. Comentou o caso de uma senhora de 72 (setenta e dois) anos, uma de suas pacientes, que foi aprovada no concurso para professores em Macaíba, a qual, questionada pelo suplente se iria assumir o cargo, respondeu perguntando-lhe por qual razão ela não poderia estar em sala de aula. O vereador parabenizou o tribuno pela indicação e argumentou que, se o candidato é aprovado nas outras etapas da seleção, é porque está apto a exercer o cargo, seja em que área for, independentemente da idade. Finalizou dizendo que não se pode discriminar essas pessoas no município, e reiterou seus parabéns ao tribuno. Este, retomando a palavra, disse que essa discriminação fere a Constituição Federal, a qual, com algumas ressalvas, estabelece que o concurso público visa a dar oportunidades iguais a todos. Explicou que qualquer pessoa pode participar de concurso para servir ao município. Disse que há pessoas mais velhas em melhores condições do que as mais jovens. Finalizou seu pronunciamento dizendo que o município perde bons profissionais por causa dessas restrições. Não havendo mais oradores, o presidente Wolney França passou à Ordem do Dia e solicitou aos vereadores o registro de presença. Estiveram presentes os (as) vereadores (as) Ana Carolina Carvalho de Lima Pires, César Augusto de Paiva Maia, Diego Américo de Carvalho, Eder Rodrigues de Queiroz, Fativan Alves Moura de Paiva, Hamilton Rademacker Pereira, Irani Guedes de Medeiros, Ítalo de Brito Siqueira, José Afrânio Bezerra da Silva, Leonardo Lima da Costa, Lindovaildo Soares de Azevedo, Marcos Antônio Gomes da Silva, Rhalessa Cledylane Freire dos Santos e Thiago Fernandes da Silva. Estiveram ausentes os vereadores Gabriel César de Oliveira Siqueira (falta justificada), Gustavo Negócio de Freitas e Michael Borges de Souza (falta justificada). Prosseguindo, a



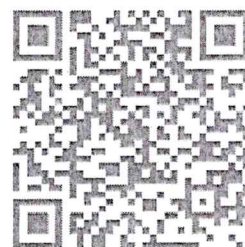


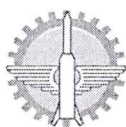
Presidência procedeu à votação das matérias. Foram colocados em 2ª (segunda) discussão e em 2ª (segunda) votação o Projeto de Lei nº 095/2023, que "dispõe sobre a inclusão, no calendário municipal de eventos, do 'Dia Municipal da Literatura Potiguar'" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereadora Fativan Alves Moura de Paiva) e o Projeto de Lei nº 102/2023, que "dispõe sobre a instituição da Semana de Conscientização da Síndrome de Tourette e cria o Dia Municipal do Portador da Síndrome de Tourette no Município de Parnamirim/RN, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Marcos Antônio Gomes da Silva). Ambos os projetos foram aprovados com 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção. Também foram colocados em 2ª (segunda) discussão e em 2ª (segunda) votação o Projeto de Lei nº 104/2023, que "institui e inclui no calendário oficial de eventos do município de Parnamirim a Semana Municipal de Conscientização e divulgação da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereadora Fativan Alves Moura de Paiva) e o Projeto de Lei nº 110/2023, que "institui a Semana Municipal de Prevenção e Combate à Osteoporose em Parnamirim/RN e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador César Augusto de Paiva Maia). Ambos os projetos foram aprovados com 14 (quatorze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção. Foram apreciadas em única discussão e em única votação a Emenda nº 01/2023 ao Projeto de Lei nº 245/2021, que "modifica a Ementa e o art. 1º do Projeto de Lei nº 245/2021, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal - Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação Final); a Emenda nº 01/2023 ao Projeto de Lei nº 12/2023, que "dispõe sobre a supressão do art. 2º e a modificação do art. 3º, do Projeto de Lei nº 12/2023, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal - Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação Final) e a Emenda nº 01/2023 ao Projeto de Lei nº 037/2023, que "dispõe sobre a modificação da Ementa, a supressão e



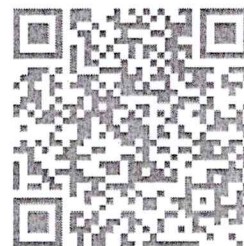


modificação do art. 3º, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal - Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação Final). Cada uma das emendas foi aprovada com 14 (quatorze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção. Foi colocado em 1ª (primeira) discussão e em 1ª (primeira) votação o Projeto de Lei nº 245/2021, que "dispõe sobre a denominação de logradouros públicos no bairro de Pirangi do Norte, Parnamirim/RN" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Eder Rodrigues de Queiroz). Em discussão, o autor falou da necessidade de nomeação das ruas da citada localidade, pois, segundo ele, os moradores se sentem prejudicados por não terem suas ruas identificadas nas correspondências, e por não terem o CEP em seus endereços. Informou que as ruas sem nome somam entre 32 (trinta e duas) e 38 (trinta e oito) logradouros, e que, de início, poderão ser nomeadas 10 (dez), com nomes de pessoas da comunidade. Em discussão, o vereador Irani Guedes questionou se os moradores foram ouvidos a respeito. O autor respondeu que a população foi consultada e as assinaturas foram coletadas. Explicou também que os nomes das ruas serão de moradores pioneiros, principalmente das pessoas que doaram suas terras para a criação desses logradouros. Encerrada a discussão, o projeto foi aprovado com 14 (quatorze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção. Continuando, foram apreciados em 1ª (primeira) discussão e em 1ª (primeira) votação o Projeto de Lei nº 012/2023, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da cobrança de noções de História e Geografia de Parnamirim nos conteúdos programáticos dos concursos públicos no âmbito do município de Parnamirim/RN" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Ítalo de Brito Siqueira), e o Projeto de Lei nº 146/2023, que "reconhece de utilidade pública a Associação Scorpions de Futebol Americano" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Thiago Fernandes da Silva). Em discussão, o autor disse ser justo que essa Associação seja homenageada, pois, segundo ele, ambos os times, o feminino e o masculino, vêm divulgando Parnamirim através





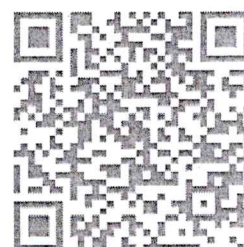
do esporte e de suas atividades. Encerrada a discussão, ambos os projetos foram aprovados com 14 (quatorze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção. Foram colocados em única discussão e em única votação o Requerimento Legislativo nº 067/2023, que "requer que seja realizada Sessão Solene alusiva aos 78 anos da Escola Estadual Presidente Roosevelt, a ser realizada preferencialmente no mês de agosto com data a definir" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Ítalo de Brito Siqueira); o Requerimento Legislativo nº 073/2023, que "requer a retirada de pauta, para ajuste técnico, do Projeto de Lei nº 065/2023, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade das Casas Lotéricas, Caixa Aqui, Pague Fácil a instalarem nas suas dependências, cadeiras destinadas à gestantes, lactantes, pessoas acompanhadas de crianças de colo, idosos e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e dá outras providências no âmbito do município de Parnamirim/RN'" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Gustavo Negócio de Freitas). Cada um dos requerimentos foi aprovado com 14 (quatorze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção. Prosseguindo, foi apreciada em única discussão e em única votação a Moção de Aplauso nº 044/2023 "à entidade filantrópica Lar Espírita Alvorada Nova - LEAN" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereadora Fativan Alves Moura de Paiva). Em discussão, a vereadora Fativan Alves pediu a todos a aprovação da moção, diante da importância do LEAN para o município. Afirmou ser necessário que esta Casa dedique maior atenção a essa entidade. Além do acolhimento de pessoas idosas, disse que a instituição oferece esportes e sedia a Associação de Amparo às Mulheres (AMPAR). Afirmou que a entidade serve à cidade de Parnamirim. Convidou todos a participarem do São Julhão do LEAN, evento junino que ocorrerá no dia 22 (vinte e dois) de julho, objetivando a arrecadação de recursos financeiros para a instituição. Disse que é importante que os vereadores compareçam, mediante a importância do LEAN para Parnamirim. Encerrada a discussão, a moção foi aprovada com 14 (quatorze) votos favoráveis, nenhum voto





desfavorável e nenhuma abstenção. Também foram colocadas em única discussão e em única votação a Moção de Congratulações nº 015/2023 "Ao ABC Futebol Clube, torcedores, simpatizantes e diretoria, em comemoração aos 108 anos de fundação, no dia 29 de junho de 2023" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Wolney Freitas de Azevedo França) e a Moção de Repúdio nº 06/2023 "às declarações do defensor público do Estado do Rio Grande do Norte, Doutor Serjano Valle, que desaguam em um discurso de ódio contra as mulheres que votam em Bolsonaro, e a dignidade das mulheres de forma geral, incitando o assédio sexual e o estupro" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereadores Gabriel César de Oliveira Siqueira e Wolney Freitas de Azevedo França). Em discussão, a vereadora Fativan Alves disse que a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Mulheres também havia protocolado uma moção de repúdio contra o referido defensor público. Pediu a subscrição nesta matéria. O presidente Wolney França, também autor da moção, sugeriu que a Frente Parlamentar esteja à frente desta moção, de maneira que ele e o vereador Gabriel César a subscrevam. Encerradas as discussões, as duas moções foram aprovadas com 14 (quatorze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, o presidente Wolney França declarou encerrados os trabalhos às 11h34 (onze horas e trinta e quatro minutos) e convocou outra Sessão Ordinária para o dia seguinte, 5 (cinco) de julho, em horário regimental. Para constar, lavrou-se esta ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa Diretora.

Parnamirim / RN, 4 de julho de 2023





CÂMARA MUNICIPAL DE
PARNAMIRIM
A CASA DO POVO


WOLNEY FREITAS DE AZEVEDO FRANÇA

Vereador / Presidente


THIAGO FERNANDES DA SILVA

Vereador / 2º Vice-Presidente


ÉDER RODRIGUES DE QUEIROZ

Vereador / 2º Secretário

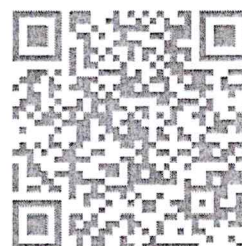

ANA CAROLINA CARVALHO DE LIMA PIRES

Vereadora / 2ª Secretária

Câmara
conecta

Câmara
Digital

CÂMARA
CULTURAL



CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM

Mesa Diretora

Lido na Sessão

Data: 24 / 10 / 2023

Fátima Alves Maria de Paiva

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM

Mesa Diretora

Aprovado na Sessão

Única Votação

Data: 24 / 10 / 2023

Fátima Alves Maria de Paiva

1º Secretário